

# O amadurecimento do movimento de economia solidária: as intensas mobilizações da base com o PL 865



O movimento de economia solidária cresce a cada dia e no período recente mostrou com mais força sua identidade e sua capacidade de mobilização. Enquanto movimento social, a economia solidária tem um papel fundamental nas lutas sociais e no enfrentamento pela proposta de um desenvolvimento justo, solidário e sustentável.

Ainda em 2010, tanto na construção da II Conferência Nacional de Economia Solidária, quanto na mobilização durante as eleições e para a vitória da presidenta Dilma, no segundo turno, as bases se colocaram com maturidade e protagonismo, levando posicionamento com autonomia nestes processos políticos e fortalecendo o movimento de economia solidária.

Após as eleições, diversos atores do movimento contribuíram para pressionar e efetivar as deliberações da II Conferência Nacional de Economia Solidária, que apontavam as orientações para a Política Nacional de Economia Solidária e seu lugar institucional. No Conselho Nacional de Economia Solidária, foi criada ao final de 2010 uma comissão ampla que trabalhou na construção de um documento propositivo de uma Secretaria Especial de Economia Solidária com status de Ministério, haja vista que as articulações até então sinalizavam que um Ministério não seria viável naquele momento.

No dia 31 de março de 2011, entretanto, a Presidência da República encaminhou, sem diálogo algum com os atores da Economia Solidária, o Projeto de Lei 865 (PL 865) que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, incluindo entre suas atribuições as de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Esta ação teve imediata resposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com intensas movimentações e debates entre os fóruns locais de economia solidária em todo o país.

Logo de imediato veio a surpresa, o sentimento de indignação das bases com o PL 865, que desconsiderou os anos de construção legitimados pela II Conferência Nacional em 2010.

A partir da apresentação do PL, o FBES

inicia intensos diálogos e consulta aos estados e entidades nacionais, que se manifestam rapidamente, em sua maioria absoluta defendendo a retirada das atribuições da economia solidária do PL 865. Cada estado e entidade apresentou sua carta com posicionamentos claros, ricos e diversos, reafirmando identidade, proposta e caminho de luta.

Além disso, também foram ampliados os diálogos do FBES com o Congresso e a Presidência, pressionando e solicitando respeito as consulta e ao diálogo junto as bases, o que foi promovido através de audiências públicas estaduais e nacional; na formação de comissão tripartite no Congresso sobre o tema (FBES, Senaes e Frente Parlamentar de Economia Solidária) e na criação de Grupo de Trabalho permanente junto a Presidência da República sobre o tema de economia solidária.

O principal questionamento levantado pelo movimento foi quanto à orientação política que hoje rege o campo das chamadas micro e pequenas empresas, que não são apenas os pequenos negócios não capitalistas, mas também são empresas com até 50 empregados, ditada pelo “vença você mesmo”, pela “competitividade”, pelo individualismo e pela reafirmação de valores neoliberais e capitalistas. A proposta de mudança do nome da secretaria para “Secretaria Especial de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa”, foi vista como uma completa descaracterização, desconstrução e redirecionamento das políticas públicas até então desenvolvidas, o que não significa defender que a economia solidária permaneça no MTE, mas sim defender que acumulemos forças para enviar nosso Projeto de Lei da economia solidária na câmara e continuemos construindo por baixo, por uma secretaria especial de economia solidária, ou mesmo por uma secretaria especial de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário.

A economia solidária não se resume a “empreendimentos coletivos”, num aspecto meramente produtivista, mas é muito mais que isso, é um

## LINHA DO TEMPO RESUMIDA

Segue em resumo alguns dos principais fatos ocorridos em nível nacional desde o dia 31 de março até 09 de junho de 2011:

❖ **31/03** – A Presidência da República encaminha ao Congresso o PL 865, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, incluindo entre suas atribuições as de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária

❖ **01/04** – O FBES divulga uma nota pública sobre o assunto (<http://tinyurl.com/3drpmcg>)

FBES faz consulta aos Estados e entidades nacionais, que se manifestam rapidamente, em sua maioria absoluta defendendo a retirada das atribuições da ES do PL 865 (<http://tinyurl.com/3w2wuc7>)

❖ **12/04** – Acontece reunião da então comissão de transição (formada por representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária, FBES, Rede de Gestores, representantes da Setorial Nacional de Economia Solidária do PT, gestores da SENAES e da SDT/MDA) com Gilberto Carvalho, e inicia-se o diálogo com a presidência (<http://tinyurl.com/3ufms4g>).

No mesmo dia, o FBES se reúne com Frente Parlamentar e SENAES, e de lá é criada a comissão tripartite que se reúne semanalmente, às terças-feiras, às 16h (<http://tinyurl.com/3fhfgd5>)

❖ **20/04** – FBES apresenta à comissão tripartite solicitação que a Frente Parlamentar de ES faça emenda de retirada das atribuições da ES do PL 865 (<http://tinyurl.com/43m86wb>). O Deputado Eudes é nomeado relator do PL 865 na Comissão do Trabalho

❖ **26/04** – FBES apresenta proposta ao Congresso Nacional solicitando tempo para aprofundamento do diálogo sobre o PL 865 e para além dele via audiências públicas. A Comissão tripartite fecha acordo a respeito e encaminha o processo aos estados (<http://tinyurl.com/3vnm2jz>)

No mesmo dia, FBES organiza ato na câmara dos deputados, pedindo que a política de ES seja feita em diálogo via audiências públicas (<http://tinyurl.com/3vnm2jz>)

